



CONCURSO PÚBLICO

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2010

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem a respectiva identificação e o devido recolhimento de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito). Para os candidatos ao cargo de Advogado, que realizarão, também provas discursivas, haverá acréscimo de 01 (uma) hora para a realização de uma peça processual/parecer, perfazendo assim, um total de 04 (quatro) horas para realização das provas objetivas e discursivas.
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O Caderno de Provas consta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível alfabetizado e 40 (quarenta) questões para os cargos de nível fundamental, médio, médio técnico, médio magistério e superior. Leia-o atentamente.
- 07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.**
- 08 - Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, observando o nome do cargo na parte superior da próxima página, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecida, estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
- 09 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 10 - O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos, após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
- 11 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net, às 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova escrita.
- Os recursos deverão ser apresentados, conforme determinado no item 8 do Edital de Concurso Público nº. 001/2010, sendo observados os seguintes aspectos:
- a) O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **48 (quarenta e oito) horas ininterruptas, iniciando-se às 16h00min do dia 16 de agosto de 2010, encerrando-se às 16h00min do dia 18 de agosto de 2010**, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no site www.consulplan.net.
- b) A interposição de recursos poderá ser feita **somente via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, à **Consulplan**, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.

TEXTO:

A educação possível

A educação benevolente e frouxa que hoje predomina nas casas e escolas é mais nociva do que uma sala de aula com teto e chão furados e livros aos frangalhos.

Educação é algo bem mais amplo do que escola. Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo (com criança também se conversa!), noções de postura e compostura, respeito, limites. Continua na vida pública, nem sempre um espetáculo muito edificante, na qual vemos políticos concedendo-se um bom aumento em cima dos seus já polpidos ganhos, enquanto professores recebem salários escrachadamente humilhantes, e artistas fazendo propaganda de bebida num momento em que médicos, pais e responsáveis lutam com a dependência química de milhares de jovens. Quem é público, mesmo que não queira, é modelo: artistas, líderes, autoridades. Não precisa ser hipócrita nem bancar o santarrão, mas precisa ter consciência de que seus atos repercutem, e muito.

Mas vamos à educação nas escolas: o que é educar? Como deveria ser uma boa escola? Como se forma e se mantém um professor eficiente, como se preparam crianças e adolescentes para este mundo competitivo onde todos têm direito de construir sua vida e desenvolver sua personalidade?

É bem mais simples do que todas as teorias confusas e projetos inúteis que se nos apresentam. Não sou contra colocarem um computador em cada sala de aula neste reino das utopias, desde que, muito mais e acima disso, saibamos ensinar aos alunos o mais elementar, que independe de computadores: nasce dos professores, seus métodos, sua autoridade, seu entusiasmo e seus objetivos claros. A educação benevolente e frouxa que hoje predomina nas casas e escolas prejudica mais do que uma sala de aula com teto e chão furados e livros aos frangalhos. Estudar não é brincar, é trabalho. Para brincar temos o pátio e o bar da escola, a casa.

Sair do primeiro grau tendo alguma consciência de si, dos outros, da comunidade onde se vive, conseguindo contar, ler, escrever e falar bem (não dá para esquecer isso, gente!) e com naturalidade, para se informar e expor seu pensamento, é um objetivo fantástico. As outras matérias, incluindo as artísticas, só terão valor se o aluno souber raciocinar, avaliar, escolher e se comunicar dentro dos limites de sua idade.

No segundo grau, que encaminha para a universidade ou para algum curso técnico superior, o leque de conhecimentos deve aumentar. Mas não adianta saber história ou geografia americana, africana ou chinesa sem conhecer bem a nossa, nem falar vários idiomas se nem sequer dominamos o nosso. Quer dizer, não conseguimos nem nos colocar como indivíduos em nosso grupo nem saber o que acontece, nem argumentar, aceitar ou recusar em nosso próprio benefício, realizando todas as coisas que constituem o termo tão em voga e tão mal aplicado: “cidadania”.

O chamado terceiro grau, a universidade, incluindo conhecimentos especializados, tem seu fundamento eficaz nos dois primeiros. Ou tudo acabará no que vemos: universitários que não sabem ler e compreender um texto simples, muito menos escrever de forma coerente. Universitários, portanto, incapazes de ter um pensamento independente e de aprender qualquer matéria, sem sequer saber se conduzir. Profissionais competindo por trabalho, inseguros e atordoados, logo, frustrados.

Sou de uma família de professores universitários. Fui por dez anos titular de linguística em uma faculdade particular. Meu desgosto pela profissão – que depois abandonei, embora gostasse do contato com os alunos – deveu-se em parte à minha dificuldade de me enquadrar (ah, as chatíssimas e inócuas reuniões de departamento, o caderno de chamada, o currículo, as notas...) e em parte ao desalento. Já nos anos 70 recebíamos na universidade jovens que mal conseguiam articular frases coerentes, muito menos escrevê-las. Jovens que não sabiam raciocinar nem argumentar, portanto incapazes de assimilar e discutir teorias. Não tinham cultura nem base alguma, e ainda assim faziam a faculdade, alguns com sacrifício, deixando-me culpada quando os tinha de reprovar.

Em tudo isso, estamos melancolicamente atrasados. Dizem que nossa economia floresce, mas a cultura, senhores, que inclui a educação (ou vice-versa, como queiram...), anda mirrada e murcha. Mais uma vez, corrigir isso pode ser muito simples. Basta vontade real. Infelizmente, isso depende dos políticos, depende dos governos. Depende de cada um de nós, que os escolhemos e sustentamos.

(Lya Luft. Veja. 23 de maio de 2007. Adaptado)

01) O sentido da palavra destacada está devidamente traduzido em:

- A) “hipócrita” (1º§) – bobo
B) “benevolente” (3º§) – benéfica
C) “inócuas” (7º§) – frequentes
D) “desalento” (7º§) – desânimo
E) “em voga” (5º§) – pouco usado

02) Explícita ou implicitamente, as ideias a seguir estão presentes no texto, EXCETO:

- A) O aprendizado do nosso idioma deve preceder o aprendizado de outras línguas.
B) Péssimas condições na rede física das escolas causam menos mal do que uma educação permissiva, que não impõe limites.
C) O sucesso da educação depende sobretudo dos políticos.
D) A introdução de computadores nas escolas não é fator decisivo para o sucesso na educação.
E) O despreparo dos jovens que recebia na faculdade contribuiu para que a autora abandonasse a profissão de professora universitária.

- 03) NÃO seria mantido o sentido original do texto se substituíssemos “*Meu desgosto pela profissão – que depois abandonei, embora gostasse do contato com os alunos – deveu-se em parte à minha dificuldade de me enquadrar...*” (7º§) por:
- A) Meu desgosto pela profissão – a qual depois abandonei, embora gostasse do contato com os alunos – provocou em parte a minha dificuldade de me enquadrar.
 - B) Meu desgosto pela profissão – que depois abandonei, apesar de gostar do contato com os alunos – foi, em parte, resultado da minha dificuldade de me adaptar.
 - C) Meu desgosto pela profissão – que depois abandonei, mesmo gostando do contato com os alunos – deveu-se parcialmente à minha dificuldade de me enquadrar.
 - D) Meu desgosto pela profissão – que posteriormente abandonei, embora gostasse do contato com os alunos – deveu-se parcialmente à minha dificuldade de me enquadrar.
 - E) Meu desgosto pela profissão – que abandonei posteriormente, embora gostasse do contato com os alunos – foi, em parte, resultado da minha dificuldade de me enquadrar.
- 04) “*Universitários, portanto, incapazes de ter um pensamento independente e de aprender qualquer matéria, sem sequer saber se conduzir. Profissionais competindo por trabalho, inseguros e atordoados, logo, frustrados.*” (6º§) De acordo com os termos destacados anteriormente, assinale a alternativa correta:
- A) Somente o primeiro tem valor explicativo.
 - B) Os dois têm valor conclusivo.
 - C) Os dois possuem valor explicativo.
 - D) Somente o segundo tem valor conclusivo.
 - E) Somente o segundo tem valor explicativo.
- 05) Os termos destacados a seguir constituem elementos coesivos por retomarem termos ou ideias anteriormente registrados, EXCETO:
- A) “*Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo...*” (1º§)
 - B) “*... na qual vemos políticos concedendo-se um bom aumento em cima dos seus já polpudos ganhos,...*” (1º§)
 - C) “*... que depois abandonei,...*” (7º§)
 - D) “*Dizem que nossa economia floresce,...*” (8º§)
 - E) “*Infelizmente, isso depende dos políticos,...*” (8º§)
- 06) A análise dos elementos destacados está INCORRETA em:
- A) “*... onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo...*” (1º§) – objeto direto
 - B) “*...de que seus atos repercutem,...*” (1º§) – oração subordinada substantiva completiva nominal
 - C) “*Mais uma vez, corrigir isso pode ser muito simples.*” (8º§) – objeto direto
 - D) “*Já nos anos 70 recebíamos na universidade jovens...*” (7º§) – objeto direto
 - E) “*... que nossa economia floresce,...*” (8º§) – oração subordinada substantiva objetiva direta
- 07) No trecho “*... que independe de computadores:*” (3º§), a expressão em destaque exerce a mesma função sintática que a expressão sublinhada em:
- A) “*Não sou contra colocarem um computador em cada sala de aula neste reino das utopias,...*” (3º§)
 - B) “*A educação benevolente e frouxa que hoje predomina nas casas e escolas...*” (3º§)
 - C) “*Sair do primeiro grau tendo alguma consciência de si...*” (4º§)
 - D) “*Fui por dez anos titular de linguística em uma faculdade particular.*” (7º§)
 - E) “*... e em parte ao desalento.*” (7º§)
- 08) Em “*...saibamos ensinar aos alunos o mais elementar,...*” (3º§), o verbo destacado é:
- A) Transitivo direto.
 - B) Transitivo indireto.
 - C) Intransitivo.
 - D) De ligação.
 - E) Transitivo direto e indireto.
- 09) Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:
- () Em “*... enquanto professores recebem salários escrachadamente humilhantes,...*” (1º§), a expressão destacada indica tempo.
 - () Em “*Dizem que nossa economia floresce,...*” (8º§), a autora faz uso da linguagem conotativa.
 - () Em “*só terão valor se o aluno souber raciocinar, avaliar, escolher e se comunicar dentro dos limites de sua idade.*” (4º§), os termos destacados indicam condição.
 - () A eliminação das vírgulas altera o sentido do trecho: “*No segundo grau, que encaminha para a universidade ou para algum curso técnico superior, o leque de conhecimentos deve aumentar.*” (5º§)
 - () Em “*... mas a cultura, senhores, que inclui a educação...*” (8º§), o uso da vírgula é facultativo.
- A sequência está correta em:
- A) F, V, V, F, F
 - B) V, V, V, F, F
 - C) V, V, F, V, F
 - D) F, F, V, F, F
 - E) F, V, F, V, F

10) Analise as afirmativas:

- I. Em “... *desde que, muito mais e acima disso, saibamos ensinar aos alunos o mais elementar...*” (3º§), a expressão destacada indica condição.
- II. A coerência, o sentido original do texto e a correção gramatical serão mantidos caso se substitua “... *portanto incapazes de assimilar e discutir teorias.*” (7º§) por “*portanto incapazes de assimilar teorias e discuti-las.*”
- III. A forma verbal “*queira*” (1º§) foi empregada no presente do indicativo, porque a forma verbal anterior a ela também está no presente.
- IV. O trecho “... *como se preparam crianças e adolescentes...*” (2º§) equivale a “... *como crianças e adolescentes são preparados...*”

Está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s):

- A) I, II, III B) I, II, IV C) II, III D) III, IV E) IV

LEGISLAÇÃO BÁSICA

11) O Capítulo IV “Da Competência do Município”, do Título III “Da Organização Municipal” da Lei Orgânica de Santa Maria Madalena traz nos artigos que o compõe as matérias sobre as quais recai a competência da municipalidade para atuar, sendo dividida em competência privativa e comum. Analise os itens a seguir, identificando qual a modalidade de competência estabelecida no referido diploma legal:

- I. Elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.
- II. Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programa de educação pré-escolar e de ensino fundamental.
- III. Tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária, quando houver.
- IV. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- V. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Assinale a alternativa correta acerca da modalidade de competência dos itens apresentados:

- A) Dois itens são de competência privativa e três de competência comum.
- B) Três itens são de competência privativa e dois de competência comum.
- C) Quatro itens são de competência privativa e um de competência comum.
- D) Todos os itens são de competência privativa.
- E) Todos os itens são de competência comum.

12) Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser exercidos com obediência às seguintes normas dispostas na Seção III, Capítulo II, do Título V, da Lei Orgânica Municipal. O decreto é o ato administrativo adequado para os seguintes casos, EXCETO:

- A) Regulamentação de lei.
- B) Declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa.
- C) Permissão de uso de bens municipais.
- D) Normas de efeitos externos, não privativos da lei.
- E) Admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos dos artigos 49, XI e 43 da Lei Orgânica.

13) São assegurados, segundo a Lei Orgânica do município de Santa Maria Madalena, os seguintes direitos aos servidores públicos civis, EXCETO:

- A) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a da normal.
- B) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horário.
- C) Redução em cinquenta por cento da carga horária de trabalho de Servidor Municipal, responsável legal por portador de necessidades especiais que requeira atenção permanente.
- D) Folga não-remunerada por ocasião de aniversário natalício, desde que com prévia comunicação.
- E) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

14) A Lei Federal nº. 9605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente não apenas praticadas por pessoas físicas, como por pessoas jurídicas, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Neste tocante, uma das modalidades de penas aplicáveis às pessoas jurídicas que incorrerem em ilícitos ambientais é a prestação de serviços à comunidade. São espécies de tal pena, EXCETO:

- A) Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
- B) Execução de obras de recuperação de áreas degradadas.
- C) Proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.
- D) Manutenção de espaços públicos.
- E) Custeio de programas e de projetos ambientais.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA/RJ

15) Assinale o enunciado que NÃO está em conformidade com o Capítulo VI, do Título VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- A) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- B) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- C) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- D) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- E) A Serra do Mar é patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, e sua utilização far-se-á, na forma da lei.

16) Conforme definição contida no Código Ambiental Municipal de Santa Maria Madalena, o “controle ambiental” pode ser definido como:

- A) Conjunto de ações tomadas, visando manter em níveis satisfatórios, as condições do ambiente ou também a atuação do Poder Público na orientação, correção, fiscalização e monitoração ambiental de acordo com as diretrizes administrativas e as leis em vigor.
- B) Todo o processo educativo, que utiliza metodologias diversas, alicerçadas em base científica, com objetivo de formar indivíduos capacitados a analisar, compreender e julgar problemas ambientais, na busca de soluções que permitam ao homem coexistir de forma harmoniosa com a natureza.
- C) Mecanismo administrativo preventivo e obrigatório de planejamento, visando à preservação da qualidade ambiental.
- D) Ação integrada do poder público e da sociedade, visando à otimização do uso dos recursos naturais de forma sustentável, tomando por base a sua recuperação.
- E) Conjunto de leis, normas técnicas e procedimentos administrativos que consubstanciam, na forma de autorizações, as obrigações e responsabilidades do Poder Público e dos empresários, com vistas à licença para implantar, ampliar ou iniciar a operação de qualquer empreendimento potencial.

17) Quando o Distrito Federal legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, ele estará:

- A) Legislando sobre matéria que também pode ser objeto de lei editada pelos Estados e União.
- B) Legislando sobre matéria que lhe compete privativamente.
- C) Invadindo competência privativa da União.
- D) Invadindo competência privativa dos Estados.
- E) Invadindo competência privativa dos Municípios.

18) A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. O art. 6º da Lei Federal nº. 6938, de 31 de agosto de 1981, apresenta a estrutura organizacional do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. Correlacione os órgãos a seguir relacionados conforme os códigos apresentados:

1. Órgão Superior.
2. Órgão Consultivo e Deliberativo.
3. Órgão Central.
4. Órgão Executor.

- () Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- () Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- () Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- () Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

A sequência está correta em:

- A) 1, 2, 3, 4
- B) 1, 4, 3, 2
- C) 2, 1, 3, 4
- D) 2, 3, 4, 1
- E) 3, 1, 4, 2



19) Segundo a Lei Federal nº. 4771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o novo Código Florestal, pode-se afirmar que, EXCETO:

- A) Considera-se reserva legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.
- B) A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.
- C) Nas florestas plantadas, consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão.
- D) As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.
- E) Em caso de incêndio rural, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal, como a qualquer outra autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

20) A Lei Federal nº. 6766, de 19 de dezembro de 1979, ao dispor sobre o parcelamento do solo urbano, estabeleceu que este poderá ser feito por meio de loteamento ou desmembramento. Indique a afirmativa que NÃO diz respeito à modalidade de parcelamento decorrente de loteamento:

- A) Para esta modalidade, as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
- B) É considerado a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- C) As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
- D) Antes da elaboração de seu projeto, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento conforme especificações da lei.
- E) Pode ser definido como a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) NÃO são brasileiros natos:

- A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- B) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- C) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição competente.
- D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- E) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

22) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os atos de improbidade administrativa importarão:

- A) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- B) A perda dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- C) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a interdição para licitar com a Administração Pública.
- D) A perda dos direitos políticos, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário e a interdição para licitar com a Administração Pública.
- E) A suspensão dos direitos políticos, o ressarcimento ao erário, a suspensão da função pública e a indisponibilidade de bens.

23) Sobre o Sistema Tributário Nacional, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- B) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- C) A União poderá instituir mediante lei ordinária, impostos não atribuídos expressamente a ela na Constituição, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nela própria.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

24) Sobre o tema Responsabilidade Civil, marque a alternativa INCORRETA:

- A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Esta indenização, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.
- B) A indenização mede-se pela extensão do dano e mesmo que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, não poderá o juiz reduzir a indenização.
- C) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- D) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- E) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

25) Sobre os Negócios Jurídicos, marque a alternativa INCORRETA:

- A) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- B) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- C) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- D) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- E) O negócio anulável pode ser confirmado pelas parte, salvo direito de terceiro.

26) Dentro do tema Direito Processual Civil, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Não havendo preceito legal, nem assinação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- B) Computar-se-á em quádruplo o prazo pra contestar e em dobro para recorrer quando parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- C) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
- D) A superveniência de férias interromperá o curso do prazo.
- E) O juiz proferirá os despachos de expediente, no prazo de dois dias e as decisões, no prazo de dez dias.

27) Sobre o Processo de Execução, marque a alternativa INCORRETA:

- A) São títulos executivos extrajudiciais a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
- B) O devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.
- C) Considera-se ato atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que intimado, não indica ao juiz, em cinco dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- D) Recaindo mais de uma penhora sobre os mesmos bens, cada credor conservará o seu título de preferência.
- E) Pode ser penhorados, à falta de outro bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.

28) Sobre Atos Administrativos, marque a alternativa INCORRETA:

- A) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- B) A autorização é um ato administrativo, discricionário e precário, pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.
- C) A licença é um ato discricionário.
- D) Atos vinculados são aqueles que o agente pratica reproduzindo os elementos que a lei previamente estabelece.
- E) Imperatividade significa que os atos administrativos são cogentes.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA/RJ

29) De acordo com a Lei Orgânica do município de Santa Maria Madalena, analise:

- I. Os cargos de natureza técnica só poderão ser ocupados pelos profissionais legalmente habilitados e de comprovada atuação na área.
- II. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- III. Os atos de improbidade administrativa importarão a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II B) III C) II, III D) II E) I, II, III

30) De acordo com a Lei Orgânica do município de Santa Maria Madalena, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () A convocação do aprovado em concurso far-se-á mediante publicação oficial, e por correspondência pessoal.
- () A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, em suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- () Somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações políticas.

A sequência está correta em:

- A) V, V, F B) V, F, V C) F, F, V D) V, V, V E) F, V, F

CONHECIMENTOS GERAIS

31) “O Brasil produz, atualmente, cerca de 228,4 mil toneladas de lixo por dia, segundo a última pesquisa de saneamento básico consolidada pelo IBGE, em 2000. O chamado lixo domiciliar equivale a pouco mais da metade desse volume, ou 125 mil toneladas diárias. Do total de resíduos descartados em residências e indústrias, apenas 4.300 toneladas, ou aproximadamente 2% do total, são destinadas à coleta seletiva. Quase 50 mil toneladas de resíduos são despejados todos os dias em lixões a céu aberto, o que representa um risco à saúde e ao ambiente.”

Dos resíduos apresentados, marque o que demora mais tempo para se decompor na natureza:

- A) Plástico. B) Nylon. C) Lata de aço. D) Pneus. E) Isopor.

32) Cerca de um mês após a liberação pelo governo (maio de 2010) da retomada do garimpo em Serra Pelada, a mineradora canadense *Colossus Minerals* anunciou a descoberta de novas reservas de ouro, platina e paládio no local, que já foi considerado na década de 1980, como o maior garimpo a céu aberto do mundo. Após dezoito anos de suspensão da exploração, as atividades retomaram com sucesso nessa famosa região do seguinte estado:

- A) Amazonas. B) Amapá. C) Bahia. D) Pará. E) Pernambuco.

33) Ainda persiste uma última reserva de Mata Atlântica no norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Esta reserva que abrange também o município de Santa Maria Madalena, denomina-se:

- A) Parque Estadual do Ibitipoca. D) Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.
B) Parque Estadual do Caparaó. E) Parque Estadual do Itajuruí.
C) Parque Estadual do Desengano.

34) Problemas decorrentes de chuvas fortes ou secas prolongadas vêm causando grandes prejuízos à população das áreas atingidas com perdas extremas, como moradias e todos os pertences. Um exemplo ocorreu em junho deste ano, com as enchentes em Alagoas e Pernambuco. Nestes casos, tem se tornado uma prática constante a liberação do seguinte benefício para as vítimas:

- A) Pis/PASEP. D) Bolsa Auxílio ao Desabrigado.
B) 13º salário. E) Férias Prêmio.
C) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

35) Após a cúpula do G-20 em Toronto, Canadá, os líderes mundiais se comprometeram em cortar à metade os déficits até 2013, e estabilizar a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB), até 2016. O compromisso assumido pelas principais economias do mundo gerou:

- A) Preocupação nos mercados com o futuro do crescimento econômico global, já que os analistas não sabem responder se a promessa vai restaurar a estabilidade fiscal ou prejudicar o crescimento.
- B) Animação no mercado internacional com as medidas estabelecidas na cúpula, resultando na geração de estabilidade nas principais bolsas de valores do planeta.
- C) Insatisfação das principais corporações financeiras do planeta, principalmente as norte-americanas, que veem com a medida, a evasão de solicitação de créditos pelas principais economias mundiais.
- D) Menos preocupação com o futuro de um mundo pós-crise financeira global que está apresentando, com essa medida, uma melhor coordenação política e harmonia internacional.
- E) Sucesso ao marcar um ponto de virada muito necessário para a economia global que está desacelerada e com desemprego persistentemente alto nos países industriais.



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA/RJ

36) Analise a justificativa apresentada no *site* da empresa de pesquisas britânica ECA para o fato de uma cidade brasileira ter sido apontada como a mais cara para turistas do continente americano: “Com a recessão se amenizando em muitas partes do mundo, a demanda por ‘commodities’ aumentou, fortalecendo, conseqüentemente, o valor do real. Essa situação, combinada com a alta dos preços, levou localizações brasileiras de volta à lista das mais caras da América do Sul.” ECA (Empresa de Pesquisas Britânica)

A cidade em questão chama-se:

- A) São Paulo. B) Brasília. C) Rio de Janeiro. D) Salvador. E) Porto Alegre.

37) Na história de Santa Maria Madalena existem algumas peculiaridades que reportam à história do Brasil, no que se refere à política e economia. Sobre esses fatores, é correto afirmar:

- A) A cidade tem praças sem homenagens.
B) O Barão de Castelo, cerca de 1 ano e 4 meses antes da promulgação da Lei Áurea, libertou 500 escravos.
C) Faz parte da história, a escrava mais bela da região.
D) A altitude da cidade não traz benefícios climáticos à população rural.
E) A região urbana tem extensão de terras que não possuem donatários.

38) Há uma semana, um grupo de dez dançarinos brasileiros desembarcou em São Paulo após 41 dias durante os quais se apresentaram na Turquia sem receber nada pelo trabalho. O contrato, feito com uma empresa turca via e-mail, previa uma série de apresentações em hotéis e um salário de US\$10 mil mensais (cerca de R\$17,7 mil) durante um semestre. “Fomos lesados financeiramente, torturados psicologicamente na condição de reclamantes pela própria polícia local, por influência da máfia”, desabafa o produtor cultural carioca, Paulo Franco, que fechou o contrato em nome do grupo após pesquisar na internet e não achar “nada que maculasse” o nome da empresa. (Amauri Arrais Do G1, em São Paulo)

O fato parece se encaixar no perfil de uma prática criminosa que não é novidade na história da humanidade, inclusive na do Brasil, mas que passou a ser combatida internacionalmente de forma mais organizada a partir de 2000, após uma convenção das Nações Unidas sobre o tema em Palermo, na Itália. Trata-se:

- A) Prostituição de estrangeiros ilegalmente.
B) Exploração do trabalho cultural e artístico internacional.
C) Tráfico internacional de seres humanos.
D) Violação dos direitos humanos constituídos internacionalmente.
E) Quebra de contrato internacional de trabalho.

39) Segundo a Lei Orgânica do município de Santa Maria Madalena NÃO é vedado ao município:

- A) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
B) Manter a publicidade de todos os tipos de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos informativos, educativos e de orientação pública.
C) Estabelecer cultos religiosos ou igreja, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
D) Outorgar isenções ou anistia fiscais, ou permitir a remissão de dívida, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade de ato.
E) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que já se fizer instituído ou aumentado.

40) No que tange os direitos assegurados aos servidores públicos do município de Santa Maria Madalena, conforme a Lei Orgânica, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () A irredutibilidade do salário, garantia de salário nunca inferior ao mínimo aos que recebem remuneração variável, além do décimo terceiro salário integral são benefícios assegurados nesta Lei.
() São garantidas remunerações superiores ao diurno para o trabalho noturno, assim como pagamento dobrado para serviços extraordinários.
() Atividades penosas, insalubres ou perigosas são exercidas com a mesma carga horária das demais atividades, acrescida apenas de gratificação especial relativa aos riscos.
() É facultado ao servidor folga remunerada por ocasião do aniversário natalício, sem prévia comunicação.
() Os servidores nomeados em virtude de concurso público tornam-se estáveis após dois anos de efetivo exercício.

A seqüência está correta em:

- A) V, F, F, V, V B) V, V, F, F, V C) F, F, V, F, V D) F, V, F, V, F E) V, F, V, V, F



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A prova discursiva é de caráter apenas classificatório, constituída de uma peça processual/parecer.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato portador de deficiência que o impossibilite de redigir textos, como também no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos do Edital n°. 001/2010. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da Consulplan devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou grafada por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- O candidato deverá formular texto com extensão máxima de 30 (trinta) linhas.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A prova discursiva terá o valor de 20 (vinte) pontos. Para efeito de avaliação da prova discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PEÇA PROCESSUAL/PARECER		
Critérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	5,0 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimentos propostos e ao conteúdo programático proposto.	15,0 pontos

PEÇA PROCESSUAL/PARECER

O Município Vale Dourado não possui creche e nem pré-escola para acolher crianças na faixa etária entre 0 e 5 anos. O Defensor Público da Comarca, preocupado com tal fato, ajuizou uma Ação Civil Pública, com fundamento nos artigos 208, VI e 211, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 54, IV e 208, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aduziu a importância da medida, para evitar que as crianças fiquem desprotegidas e requereu de condenação do Município para que construa creche e pré-escola no prazo de 1 ano, sob cominação de multa.

Ao final, citou uma frase de Adorno: “Barbárie é pensar que nada faço para que o outro morra, mas também nada faço para que ele viva.”

O Município foi devidamente citado. **Como Procurador do Município Vale Dourado, elabore a peça pertinente.**

Legislação citada:

Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Art. 211 §2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Art. 54 É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Art. 208 Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular: (...) III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças e zero a seis anos de idade.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

